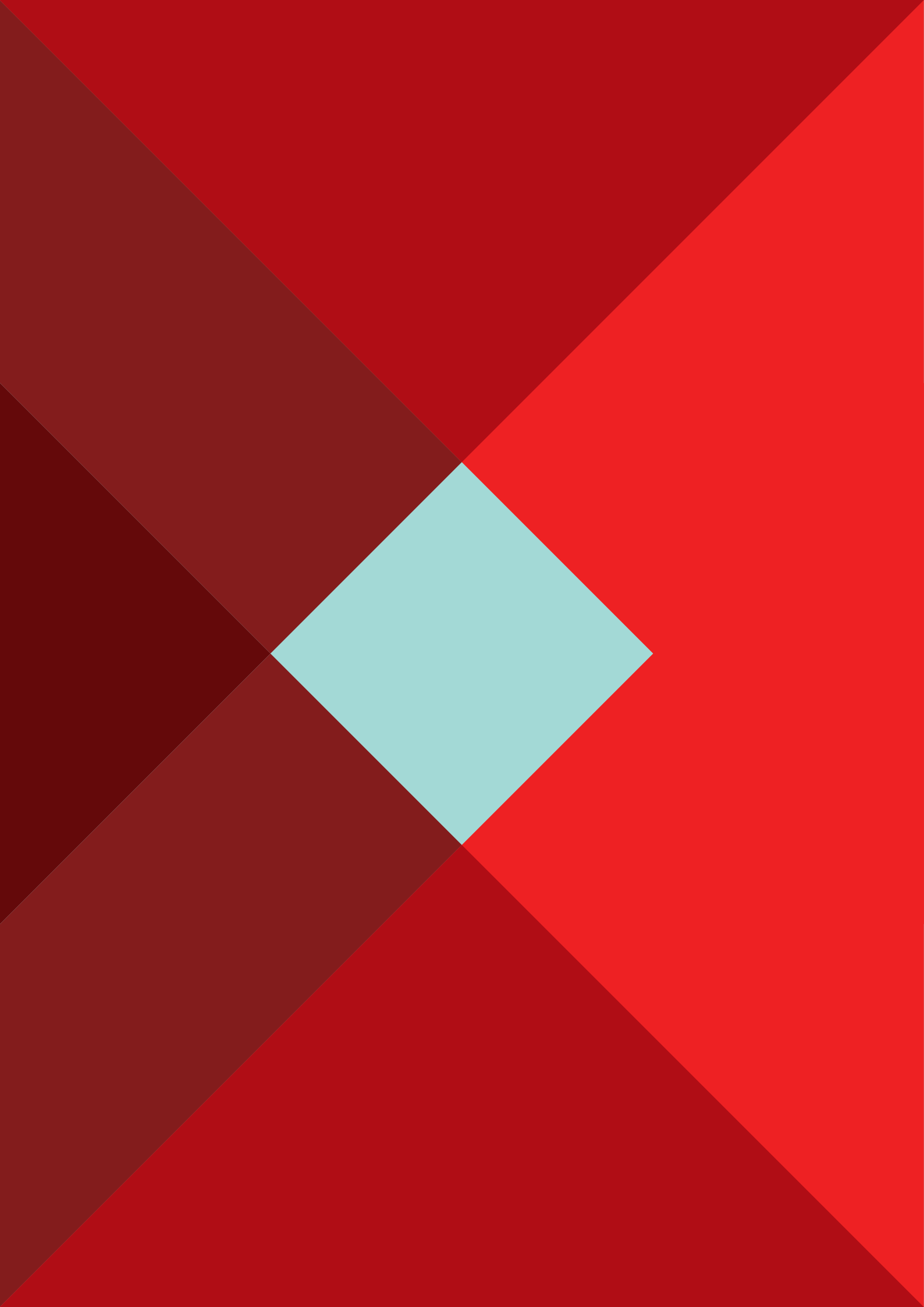


OS JOVENS NA EUROPA **PRECISAM DE UM FUTURO!**





/ O QUE É ESTE RELATÓRIO?

Este relatório descreve os principais desafios relacionados com a pobreza e a exclusão social entre os jovens em Portugal e oferece recomendações aos decisores políticos para dar resposta a estes desafios. As recomendações fundamentam-se numa análise da experiência de terreno da rede Cáritas em Portugal que é comparada com os dados oficiais.

/ SOBRE A CÁRITAS PORTUGUESA

A Cáritas Portuguesa é um serviço oficial da Conferência Episcopal Portuguesa. É também uma rede a nível nacional de 20 Cáritas diocesanas e diversos grupos locais de proximidade que trabalham nas paróquias e comunidades. Esta rede, de vários níveis, cobre todo o país. Somos membros da *Caritas Internationalis*, da Cáritas Europa, da Confederação Portuguesa do Voluntariado, da Plataforma Portuguesa das ONGD e do Fórum Não Governamental para a Inclusão Social. A Cáritas, em Portugal, tem como missão o Desenvolvimento Humano Integral e a defesa do Bem-Comum intervindo em ordem à transformação da sociedade. Através da animação da Pastoral Social, fomenta a partilha de bens e a assistência em situações de calamidade e emergência.

Projetos e Programas que desenvolvemos dirigidos às famílias com crianças:

- _ Apoio ao rendimento
- _ Apoio alimentar e outras necessidades básicas (por ex., FEAD¹)
- _ Acesso ao emprego
- _ Atividades comunitárias, culturais e de voluntariado

Projetos e Programas que desenvolvemos dirigidos aos jovens:

- _ Apoio ao rendimento
- _ Apoio alimentar e outras necessidades básicas
- _ Acesso ao emprego
- _ Atividades comunitárias, culturais e de voluntariado

Representante Institucional:

Eugénio Fonseca (Presidente)

caritas@caritas.pt

+351 218 454 220

Contacto de imprensa:

Márcia Carvalho

marciacarvalho@caritas.pt

+351 911 597 497

<https://www.facebook.com/caritasportuguesa>

/ ÍNDICE

Pobreza e exclusão social nos jovens em Portugal: a realidade para lá dos dados
/ P. 10



Introdução
/ P. 06



03

Limites em aceder aos direitos e eficácia das políticas nacionais para combater a pobreza e a exclusão social nos jovens

/ P. 20



04

A resposta da Cáritas: práticas promissoras no combate à pobreza e à exclusão social nos jovens

/ P. 28



05

Recomendações / Referências

/ P. 32





01

Introdução

População juvenil: 1,7 milhões

Jovens: 16,1%
(Média da UE: 17,4%)

Abandono escolar precoce: 14,0%
(Média da UE: 10,7%)

Desemprego juvenil: 20,8%
(Média da UE: 14,7%)

Sobrecarga com os custos da habitação: 33,5%
(Média da UE: 40,4%)

Jovens NEET: 4,9%
(Média da UE: 8,0%)

Em risco de pobreza: 29,4%
(Média da UE: 28,1%)

Jovens, Desemprego e Abandono Escolar: 2016;
Custos da Habitação: 2013.
Dados disponíveis mais recentes - acesso a 18/05/2017

OS PRINCIPAIS DESAFIOS DE PORTUGAL EM RELAÇÃO À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL NOS JOVENS²:

TRABALHO DIGNO

As oportunidades de emprego e os níveis salariais diminuíram acentuadamente desde a crise financeira de 2008. Portugal regista ainda um elevado índice de desemprego jovem, muitos deles emigraram e as habilitações de nível superior não estão a ser valorizadas pelo mercado de trabalho.

EMPREGO PRECÁRIO

Embora a Garantia Jovem e medidas similares estejam a gerar algumas oportunidades, não estão a ser criados empregos de qualidade. Muitos jovens estão retidos em programas de estágio sem qualquer proteção social.

CUSTO ELEVADO DA EDUCAÇÃO

As despesas com a educação estão relacionados com a transmissão intergeracional da pobreza. As famílias de baixos rendimentos não conseguem suportar as despesas relativas aos estudos dos seus filhos.

HABITAÇÃO A PREÇOS ACESSÍVEIS

Adquirir uma habitação própria é muito difícil para a maioria dos jovens devido aos empregos precários e a um mercado de habitação a preços muito elevados. Um sentimento comum de insegurança em relação ao futuro que impede o seu compromisso com o arrendamento ou a aquisição de habitação.

RECOMENDAÇÕES POLÍTICAS:

1 / Promover níveis salariais dignos, incluindo as medidas para a criação de emprego, e alargar a proteção social em caso de desemprego.

2 / Prevenir a precaridade laboral, as irregularidades e a evasão fiscal nos contratos de trabalho por meio do controlo do abuso do estatuto de trabalhador independente pelos empregadores (designados de “recibos verdes”).

3 / Conceder oportunidades iguais no acesso à educação e assegurar condições que ajudem os estudantes a prosseguir os estudos, nomeadamente para jovens de agregados em risco de pobreza e exclusão social (por ex., por meio da oferta de materiais de estudo e livros; alimentação; apoio ao alojamento e às despesas com transportes públicos).

4 / Facilitar a habitação a preços acessíveis para os jovens de acordo com os seus rendimentos e proporcionar-lhes a oportunidade de iniciar uma vida independente.

5 / Desenvolver uma estratégia nacional para promover a participação cívica dos jovens.





02

Pobreza e exclusão social
nos jovens em Portugal: a
realidade para lá dos dados

OS PROBLEMAS MAIS PREOCUPANTES EM PORTUGAL

/ **Salários baixos e condições de trabalho precárias**

/ **Educação desadequada ou de pouca qualidade (abandono escolar precoce ou desistência dos estudos)**

/ SALÁRIOS BAIXOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO PRECÁRIAS

Os salários baixos e as condições de trabalho precárias são um dos principais problemas relacionados com a juventude em Portugal. Este problema atinge tanto os jovens com baixos níveis de educação como os que completaram níveis mais elevados. De acordo com o Eurostat, os dados da “pobreza no trabalho” – a percentagem de pessoas que trabalham e possuem um rendimento disponível abaixo do limiar da pobreza – têm vindo a aumentar desde 2012. Nesta data, o risco de pobreza dos trabalhadores jovens (dos 16 aos 29 anos de idade) situava-se nos 7,4% e, em 2015, o risco de pobreza deste grupo etário aumentou para 10%, registando-se um aumento de 2,6%.³

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), havia em 2015 uma diferença significativa nos salários em função da idade. Os trabalhadores jovens (18 a 24 anos de idade) recebiam, em média, menos €346,22 do que os trabalhadores na faixa etária dos 35 aos 44 anos. A média do salário mensal dos trabalhadores jovens era de €621,05, apenas €64,50 mais do que o salário mínimo em Portugal (atualmente €557,00 por mês).⁴

Estas estatísticas podem ser explicadas pelas políticas de resposta ao desemprego jovem levadas a cabo pelas autoridades públicas, na sequência das recomendações das Instituições Europeias e da “Troika”, desde o início da crise, como os estágios e outros programas que promovem a inserção dos jovens no mercado de trabalho. As medidas fixaram-se na preocupação em impedir que a taxa de desemprego continuasse a aumentar, especialmente entre os jovens. O efeito foi o aumento do trabalho temporário e dos empregos precários. Estas medidas provocaram salários mais baixos e um aumento da pobreza no trabalho.⁵

Em 2016, o governo reviu os montantes definidos nestas medidas, nomeadamente para os estágios, uma vez que os detentores de licenciatura, mestrado ou doutoramento estavam a receber o mesmo salário, sem distinção para as habilitações de nível superior. No entanto, mesmo com estas alterações, os salários permanecem baixos e não correspondem ao nível de qualificações obtidas. Por exemplo, no caso dos estágios, para uma pes-

soa com uma licenciatura o subsídio de apoio é de €695,18 por mês, e para uma pessoa com doutoramento é de €737,31 por mês.⁶ Estes montantes são muito inferiores aos salários mínimos de vários países da UE.

Os empregadores utilizam estes valores como referência para a remuneração dos trabalhadores jovens, ainda que não estejam abrangidos pelas medidas de emprego em causa. Nalgumas situações são propostos salários inferiores ao apoio financeiro previsto para os estágios. Acrescenta-se ainda, que a maioria dos empregadores não oferece um contrato após o termo do estágio, inviabilizando o acesso ao subsídio de desemprego. Enquanto permanecem nestas medidas de emprego, os trabalhadores jovens não têm direito a férias nem a nenhum tipo de segurança após o termo do estágio.

Outra fonte de perda de segurança social relativa ao emprego são os contratos irregulares, como os designados “recibos verdes”. Criados originalmente para os trabalhadores independentes, estão agora a ser amplamente usados para os trabalhadores em geral (habitualmente conhecidos como “falsos recibos verdes”). Um trabalhador contratado nestas condições assume todos os pagamentos relativos à segurança social e aos impostos. Os empregadores não são obrigados a assumir estes custos como sucede com outros contratos. Além disso, estes trabalhadores não recebem subsídios de refeição ou de transporte, benefícios de saúde ou 13^o e 14^o meses de salário. Em 2016, de acordo com o INE, havia 127.800 trabalhadores nesta situação e este número sofreu um acréscimo de 9.000 em comparação com 2014.⁷ Com este tipo de contrato, os empregadores não são obrigados a pagar subsídios de férias e podem despedir os trabalhadores sem incorrerem em quaisquer custos. Por outro lado, alguns trabalhadores nesta situação não têm direito a subsídio de desemprego e outros direitos.

/ Tenho 19 anos e estou à procura de emprego há dois anos para começar uma vida independente. Só este ano é que encontrei uma oportunidade de emprego, mas infelizmente tratava-se de um emprego sazonal, pelo que no inverno fiquei de novo desempregado. É muito difícil que os jovens tenham uma vida estável do ponto de vista financeiro, devido à falta de empregos e à precaridade da maioria dos que existem. A Cáritas está a ajudar-me e à minha mãe com alguns bens essenciais, como alimentos, e no pagamento de algumas despesas domésticas.

(Beneficiário de 19 anos da Cáritas Diocesana do Algarve)

/ Uma jovem terminou o seu curso de enfermagem e, depois de procurar por emprego durante muito tempo, recebeu uma oferta para começar a trabalhar para um casal idoso, em sua casa, pois eles tinham necessidade de cuidados diários de enfermagem. Aceitou, mas ficou sem qualquer contrato de trabalho, nem contribuições para a segurança social ou cobertura de esquemas de proteção social. Após um ano nesta situação, começou a trabalhar num hospital privado, a tempo inteiro, a recibos verdes, com a promessa de ter um contrato regular de trabalho passados seis meses. Na verdade, os 6 meses passaram e ela ainda está nas mesmas condições de trabalho.

(Relato de uma Assistente Social acerca de uma beneficiária de 26 anos da Cáritas Diocesana de Viseu)

/ Tenho 25 anos e há 10 anos que trabalho em empregos precários. Comecei a trabalhar com a intenção de ajudar a minha mãe e poder continuar os meus estudos para chegar à universidade. Atualmente, encontro-me na situação de um Contrato Emprego Inserção (CEI) para uma Autarquia, mas para mim é quase o mesmo do que estar desempregada. O meu salário é de €419 e tenho três anos de estudos superiores, dezenas de formações, um ano emigrada num outro país e 10 anos de luta. Pessoas como eu não são tidas em consideração e acabam por tornar-se beneficiárias de estágios profissionais, estágios não pagos e infundáveis medidas de emprego. Olham para nós apenas como números e estatísticas de desemprego. Quando procuramos por um emprego “real”, ainda ouvimos destas coisas: “Precisamos de alguém com mais experiência!”, “Você tem demasiadas habilitações” ou até “Tem demasiada experiência para a sua idade!” – esta foi a melhor que ouvi até agora!

(Beneficiária de 25 anos da Cáritas Diocesana de Coimbra)

/ EDUCAÇÃO DESADEQUADA OU DE POUCA QUALIDADE (ABANDONO ESCOLAR PRECOCE OU DESISTÊNCIA DOS ESTUDOS)

O problema da desistência dos estudos está fortemente ligado às expectativas que os jovens têm em relação ao mercado de trabalho. Em Portugal, há muitas pessoas que terminaram estudos superiores, mas que não conseguem encontrar um emprego correspondente às suas habilitações e que são consideradas demasiado qualificadas para outros tipos de trabalho. Isto também contribui para que os jovens estudantes facilmente desistam dos estudos, pois não percebem quais são as vantagens de uma formação de nível superior.

Outro aspeto a considerar é a dificuldade das famílias de baixos rendimentos em suportar os custos das despesas escolares. Os esquemas de proteção social não são suficientes para cobrir todas estas despesas. Como consequência, um estudo do Ministério da Educação revela que há uma estreita relação entre a condição socioeconómica das famílias e os resultados das crianças nos seus percursos escolares.⁸

De acordo com o Eurostat, a percentagem de jovens com idades entre os 15 e os 29 anos que não completaram o 3º ciclo do ensino básico (níveis 0-2) era de 43,5% em 2016 (média da UE28 – 33,8%). Estes dados continuam a ser elevados em comparação com outros níveis: 38,5% para o ensino secundário e outros estudos de nível não superior (níveis 3 e 4), e 18,0% para os estudos superiores (níveis 5-8).⁹

Apesar do sistema de educação ser público em Portugal, as despesas escolares são elevadas. As famílias devem pagar os manuais e materiais escolares, os transportes e as refeições. Quando os jovens pretendem prosseguir os seus estudos na universidade, as despesas aumentam ainda mais. Aqui, a maioria é confrontada com gastos com propinas, livros, refeições, transporte e, em alguns casos, para quem tem de deixar o seu local de residência para estudar numa outra cidade, custos de alojamento. Ainda que seja possível que um jovem consiga encontrar um trabalho a tempo parcial para ajudar a pagar estas despesas enquanto continua a estudar, a situação torna-se muito difícil para quem não possa contar com o

apoio da família ou outro tipo de ajuda financeira. Assim sendo, é habitual encontrar estudantes que abandonam o seu percurso académico por falta de meios financeiros.

De acordo com o Eurostat, em 2016, depois de anos de um consecutivo declínio, a percentagem de abandono escolar precoce começou de novo a aumentar para os 14,0%. Em 2015, a percentagem era de 13,7%. Esta percentagem é 4% mais elevada do que a média da União Europeia (28).¹⁰

A relação entre o sistema educativo e o mercado de trabalho tem de ser fortemente reforçada, uma vez que este não segue ou não responde às necessidades do mercado de trabalho. Além disto, como se referiu acima, o mercado de trabalho não está plenamente preparado para oferecer aos diplomados empregos dignos. As empresas, especialmente as pequenas e médias, só agora começam a sentir a necessidade de prestar um conjunto diverso de serviços para lá da sua dimensão e que requerem um determinado nível de qualificações (comunicações, certificação de produtos, etc.).

Há uma falta geral de coordenação entre os serviços públicos de emprego, as escolas e as universidades quanto à formação, oportunidades de emprego, orientação profissional e vocacional. Existem poucas parcerias entre escolas e empresas. Estas ligações proporcionariam aos estudantes acesso a uma experiência em primeira mão do mercado de trabalho, uma exposição aos “locais de trabalho” da vida real e facilitariam uma transição realística da escola para o trabalho.

Não existe também uma abordagem coordenada com outros atores públicos, tais como os municípios, quanto ao envolvimento dos jovens nos processos de desenvolvimento local. Há uma falta geral de cooperação local entre as escolas, os serviços sociais (públicos e privados) e as forças de segurança pública a favor dos jovens com problemas comportamentais, em risco de violência doméstica, incapazes de pagar propinas ou com outras limitações.

Acesso aos esquemas de rendimento mínimo

Atualmente, os esquemas de rendimento mínimo ou outros benefícios relacionados que estão disponíveis para os jovens são:

- _ Rendimento social de inserção
- _ Subsídio de desemprego
- _ Bolsas de estudo
- _ Apoios para a habitação
- _ Apoios para deficiência
- _ Abono de família
- _ Pensão de alimentos

Os jovens têm muitas vezes um acesso limitado a estes esquemas e benefícios devido a irregularidades nos seus contratos de trabalho e/ou estar em contratados através de medidas de emprego. O nível máximo de rendimento que é estipulado para que as famílias tenham acesso a bolsas de estudo é muito baixo e exclui outras famílias com dificuldades financeiras que podem estar apenas ligeiramente acima daquele limiar.

Apesar disto, estes esquemas de rendimento mínimo são, em geral, moderadamente adequados. O nível de apoios estabelecidos nestes benefícios não é suficiente para retirar as pessoas do limiar da pobreza e a cobertura é apenas parcial.

As barreiras para o acesso a algumas destas medidas acentuaram-se recentemente, por exemplo, como já mencionado, em relação ao subsídio de desemprego. A maioria dos trabalhadores jovens é contratada no âmbito das “medidas de apoio ao emprego” criadas pelas autoridades públicas (como são os estágios) e não têm direito a receber o subsídio de desemprego, apesar de ter contribuído para o sistema de segurança social durante o tempo em que esteve a trabalhar.

Por outro lado, o acesso ao apoio escolar enfrenta sérios impedimentos. O nível máximo de rendimento estipulado para que as famílias tenham acesso a este apoio é muito baixo. Isto exclui as famílias que estão apenas ligeiramente acima desse limiar, e que frequentemente também passam por dificuldades financeiras. Por exemplo, as famílias com crianças e jovens até aos 18 anos de idade só são elegíveis para o apoio escolar se o seu rendimento não exceder €5.898,48 por ano

/ Um jovem com baixo nível de educação, só tem o 6º ano de escolaridade, de um agregado familiar que beneficia do Rendimento Social de Inserção. Esta é a única fonte de rendimento da família, porque todos os seus membros estão desempregados. Este jovem já frequentou diversos programas de formação, mas há falta de oportunidades para o seu perfil – baixo nível de educação e qualificações. Ele afirma sentir-se desmotivado. Atualmente não está a trabalhar, nem a estudar ou a seguir uma formação (NEET) e esta situação cria um ciclo vicioso de dependência de benefícios sociais, e gera uma dificuldade de pôr fim a este processo.

(Relato de um Assistente Social acerca de um beneficiário de 25 anos da Cáritas Diocesana de Viseu)

/ Temos a situação de uma mãe solteira com três filhos, dois deles a estudar. Ela tem dois empregos só para tentar cobrir as suas despesas com necessidades básicas e as despesas escolares. Apesar dos dois empregos, recebe apenas €700 por mês. Esta mãe dirigiu-se à Cáritas para pedir ajuda para pagar a inscrição do filho na universidade, uma vez que ele só poderia candidatar-se a uma bolsa depois do pagamento da inscrição e os seus rendimentos não chegavam para custear a soma total do valor pedido.

(Relato de uma Assistente Social acerca de uma família beneficiária da Cáritas Diocesana de Santarém)

(€491,54 por mês).¹¹ Isto é €65,46 por mês abaixo do salário mínimo nacional. Por conseguinte, muitas crianças e jovens ficam excluídos de receber este apoio. Em muitos casos é fundamental apoiar a sua subsistência e a frequência no sistema educativo. Além disso, as bolsas não têm em consideração os casos de sobre-endividamento de algumas famílias, pois a fórmula usada para os cálculos apenas considera os rendimentos, em vez das despesas.

Acesso ao emprego

Os principais problemas relacionados com o acesso dos jovens ao emprego são:

- _ Educação desadequada ou de pouca qualidade (abandono escolar precoce ou desistência dos estudos)
- _ Falta de experiência profissional
- _ Níveis elevados de desemprego
- _ Oportunidades limitadas de emprego
- _ Baixos salários e trabalho precário

Medidas atuais para combater a pobreza e a exclusão social entre os jovens

As seguintes medidas que poderiam retirar os jovens de situações de pobreza e de exclusão social não estão habitualmente disponíveis:

- _ Acesso a habitação a custos acessíveis
- _ Acesso à educação e formação (formal, não-formal ou informal)
- _ Medidas para a integração no mercado de trabalho que sejam capazes de promover salários dignos e empregos efetivos.

Transmissão da pobreza

A transmissão da pobreza da infância para a juventude é uma preocupação séria. Em Portugal verifica-se que as pessoas mais carenciadas provêm de famílias em situação de pobreza e foram confrontadas com situações de pobreza durante todo o decurso da sua vida. Para a maioria, continua a ser muito difícil sair desta situação e quebrar o ciclo de pobreza. Os efeitos da transmissão da pobreza

podem ser observados em três áreas: na educação (associados a baixos níveis de educação, abandono escolar precoce ou desistência dos estudos), no mercado de trabalho (dificuldades de acesso ao mercado de trabalho) e na habitação (viver em bairros desfavorecidos e empobrecidos).

É provável que uma criança que nasça num agregado familiar carenciado venha a enfrentar mais dificuldades no futuro. Isto tem reflexos evidentes nos seus estudos, a nível familiar e também institucional. As crianças são confrontadas com baixos níveis de educação e a família pode ter dificuldades, académicas e financeiras, em proporcionar apoio nos estudos. Registam-se também dificuldades na motivação. Este tipo de situação é frequente no contexto dos agregados familiares pobres e conduz a graves consequências para as crianças, tais como fracos resultados escolares e abandono escolar precoce. Em muitos casos, os jovens que conseguem dar continuidade aos seus estudos são capazes de reverter a situação de transmissão da pobreza.

Para além das necessidades materiais, existem outras dificuldades que não permitem que as crianças que crescem em agregados familiares pobres se desenvolvam num ambiente saudável. Algumas destas crianças nascem em bairros com elevados índices de criminalidade. Têm mais contactos com a criminalidade desde tenra idade e são influenciadas por pessoas mais velhas que estão ligadas a essas situações.¹²

Uma outra causa é a perpetuação do pensamento “eu sou pobre, por isso vou ser pobre para o resto da minha vida”. Devido a esta ideia profundamente enraizada, que parece ser transmitida desde tenra idade, torna-se muito difícil que um jovem saia desta situação, aceitando-a como uma condição para o seu futuro. Há em Portugal muitas políticas públicas para combater estas situações, no entanto, nenhuma parece ser capaz de a erradicar, particularmente porque não se integram numa estratégia eficiente de interromper os ciclos de transmissão da pobreza. Não é visível a prevenção nas diferentes políticas.

JOVENS EM RISCO DE POBREZA

/ Jovens desempregados

/ Jovens trabalhadores

/ Jovens estudantes

/ Jovens com deficiência

/ JOVENS DESEMPREGADOS

O desemprego jovem é um flagelo que atinge muitas famílias e, acima de tudo, condiciona os sonhos e aspirações da juventude em Portugal. Além disso, compromete o futuro do país. De acordo com o EUROSTAT, durante a recente crise económica a taxa de desemprego dos jovens com menos de 25 anos de idade subiu de 21,6% em 2008 para 38% em 2013. Apesar dos dados do desemprego jovem terem baixado desde esta última data, continuam a ser muito elevados em comparação com a média da UE28. Por exemplo, em 2015, Portugal registou uma taxa de 32% de desemprego jovem (UE28 – 20,3%) e, em 2016, Portugal tinha uma taxa de 28,2% (UE28-18,7%).¹³

Isto demonstra que a situação do mercado de trabalho ainda é desvantajosa para os jovens. Em 2016, o desemprego afetou tanto os jovens com níveis mais elevados de habilitações (17,6%), como com níveis mais baixos (25,5%). Em comparação com a média da UE28, o desemprego também alastrou entre os jovens com altos níveis de habilitações (licenciaturas, mestrados e doutoramentos). Quando se comparam os níveis de habilitações, existe apenas uma diferença de 7,9 pontos percentuais (UE28 – 9,6%).¹⁴

Os dados recolhidos pelas Cáritas diocesanas (dos atendimentos sociais) através do Núcleo de Observação Social (NOS) da Cáritas Portuguesa, demonstram que a primeira razão que leva as pessoas à Cáritas são “problemas relacionados com o trabalho”, sobretudo situações de desemprego.¹⁵ A partir da crise económica, muitos jovens começaram a olhar para a emigração como solução para o problema do desemprego, mas também como uma opção válida para progredirem nas suas carreiras. Em 2012, 28.806 jovens portugueses saíram para outros países, e esta tendência continua a ser elevada, mesmo com uma redução que se registou em 2015, quando 20.216 jovens portugueses emigraram.¹⁶

Além disso, a proporção de jovens que não estão a trabalhar, nem a estudar ou em formação – apelidados de NEET – aumentou em Portugal durante a “Grande Recessão”. Até 2007, a taxa de NEET estava em Portugal sensivelmente nos 14%, sendo ligeiramente inferior à média da OCDE. Entre

2008 e 2013, subiu para 19%. Em 2015, a taxa de NEET tinha baixado para 15%, no entanto ainda acima dos níveis registados antes da crise.¹⁷ A queda da taxa de desemprego jovem pode ser explicada pelo aumento da emigração deste grupo etário, bem como pelo facto de um número significativo de jovens não estar registado nos serviços nacionais de emprego. Isto acontece porque muitos não recebem subsídios de desemprego e não vêm qualquer vantagem neste registo. Por outro lado, os jovens que estão a seguir programas de formação – por exemplo, os que são oferecidos no âmbito da Garantia Jovem – não estão incluídos nas estatísticas do desemprego.

A situação económica dos jovens é muito desafiadora. Muitos não conseguem iniciar uma vida independente. Isto também afeta as autoridades públicas e a sociedade no seu conjunto, pois o sistema de pensões e a segurança social dependem das suas potenciais contribuições. O país não está a criar emprego suficiente para os jovens. No futuro, isto repercutir-se-á em quem recebe uma pensão – numa sociedade cada vez mais envelhecida – e em quem trabalha, pois, as contribuições estão em declínio.

/ JOVENS TRABALHADORES

De acordo com um estudo lançado em Portugal em 2016¹⁸, os trabalhadores jovens viram os seus salários reduzir-se em cerca de um terço (31%). Esta redução é cinco vezes mais elevada à do conjunto dos ganhos (6,3%). Esta queda acentuada nos ganhos dos trabalhadores jovens é uma das características mais assinaláveis das transformações no mercado de trabalho em comparação com outros grupos etários.¹⁹ Os trabalhadores jovens são vistos como pessoas em início de carreira e como trabalhadores sem experiência. Isto tem reflexos na “precaridade e vulnerabilidade” da sua situação laboral. Os investigadores também mencionaram no estudo que o nível médio dos salários para os trabalhadores jovens já era baixo em 2009, mas sofreu um declínio abrupto entre 2009 e 2014, o que se repercute nas condições de vida deste grupo etário e aumenta a sua vulnerabilidade à pobreza.²⁰

De acordo com o Eurostat, os índices da pobreza no trabalho e do risco de pobreza começaram a

subir em 2012. Nesta data, o risco de pobreza dos trabalhadores jovens, entre os 16 e os 29 anos, era de 7,4%. Em 2015, o risco de pobreza neste grupo etário tinha aumentado para 10%, um aumento de 2,6%.²¹ Estes dados, comparados com os outros grupos etários, revelam que os trabalhadores jovens – com menos de 24 anos de idade – enfrentam o maior risco de pobreza. Em geral, a proporção de indivíduos com um rendimento mensal inferior a €700 tinha aumentado de 20% em 2009 para 29% em 2014, o que é proporcionalmente consistente com o aumento de trabalhadores que recebem o salário mínimo.²²

Podemos concluir que os trabalhadores jovens recebem salários baixos porque um número significativo está inserido em medidas de emprego, como é o caso dos estágios. O rendimento médio no âmbito destas medidas, para uma pessoa com uma licenciatura, é atualmente €695,18 por mês, 20% mais do que o salário mínimo nacional, que está atualmente nos €557,00.²³ De acordo com os dados do NOS – Núcleo de Observação Social da Cáritas Portuguesa – a segunda razão pela qual as pessoas se dirigem à Cáritas é a “falta de rendimento para cobrir as despesas básicas”. A maior parte destas situações corresponde a pessoas com baixo rendimento por agredado.²⁴

/ JOVENS ESTUDANTES

Os estudantes são um outro grupo que a Cáritas Portuguesa considera como estando em risco de pobreza. Durante a crise, muitas famílias foram confrontadas com situações de desemprego, cortes salariais e redução nas prestações sociais. Estas famílias enfrentaram uma série de dificuldades para cobrir as despesas escolares dos seus filhos. A situação é pior no caso do ensino superior. Devido a esta situação, não conseguem pagar as propinas, que representam um valor significativo, nem as refeições, o alojamento ou o transporte. A Cáritas observou um aumento do número de estudantes que solicitam apoio alimentar ou financeiro. Devido a estes vários pedidos, a Cáritas Portuguesa criou um projeto, em 2016, para lhes dar resposta. Alguns recursos financeiros foram disponibilizados pela Cáritas Austríaca e foram apoiados 33 estudantes.²⁵

/ JOVENS COM DEFICIÊNCIA

Este grupo de pessoas é gravemente afetado pelo risco de pobreza em diversas áreas como a educação, o mercado de trabalho e a proteção social. Há falta de apoio financeiro para jovens com deficiência. Além disso, há falta de medidas e serviços adequados de apoio. Por exemplo, no campo educativo, as escolas não estão preparadas para receber, incluir e promover os estudantes com deficiência nos processos de aprendizagem. Depois do período da escolaridade obrigatória, há uma falta de serviços para encontrar um local adequado para estes jovens e para os integrar na sociedade. Esta falta de serviços tem consequências para a sua inserção no mercado de trabalho. Se é difícil para um jovem encontrar uma oportunidade de trabalho, revela-se extremamente mais difícil para jovens com deficiência. De acordo com o Eurostat (2011), o índice de jovens que não estão empregados nem a estudar ou em formação é mais elevado entre os jovens com uma limitação relativa ao trabalho causada por uma condição de saúde (26,5% em comparação com 10,7% de jovens sem limitações).²⁶

/ Tenho 25 anos e vivo com o meu namorado e uma filha de dois anos em casa dos meus pais. O rendimento do meu agregado é apenas o Rendimento Social de Inserção, pois estamos desempregados. O desemprego é o maior problema da minha família. Desde que completei a escola secundária, nunca encontrei uma oportunidade de trabalho e é muito difícil, pois há falta de oportunidades para o meu nível de qualificações. Desde 2016, tenho estado num projeto da Cáritas – CRIARTE – em que aprendo costura e bordados e tenho participado em programas de formação para melhorar as minhas qualificações e competências. Contudo, simplesmente não consigo encontrar trabalho.

(Beneficiária de 25 anos da Cáritas Diocesana de Coimbra)

/ Estou desempregado e vivo com os meus pais. Estudei até ao 9º ano e tenho um curso de serlalaria civil, trabalho que desempenhei durante dois meses. Há sete anos que estou inscrito no Serviço Nacional de Emprego (IEFP), mas nunca encontrei nenhuma oportunidade de trabalho e nunca fui chamado para um programa de formação.

(Beneficiário de 24 anos da Cáritas Diocesana de Leiria)

/ Tenho 30 anos e estou desempregada desde setembro de 2015. Contudo, nunca fiquei em casa, porque beneficie de uma medida de emprego (Contrato Emprego Inserção - CEI). Ainda que eu esteja num CEI pela segunda vez, continuo a considerar ser aquilo que realmente sou: uma pessoa desempregada. Tenho um curso superior, mas pouca experiência de trabalho. O curso é algo que eu valorizo, mas em si mesmo não me oferece nenhuma vantagem. Esta situação não me permite tomar decisões de médio ou longo prazo, como deixar a casa dos meus pais, casar ou ter filhos. Estou numa situação economicamente precária, sem nenhuma luz ao fundo do túnel. Sinto que a minha vida está condicionada, como se fosse ainda uma adolescente.

(Beneficiária de 30 anos da Cáritas Diocesana de Coimbra)





03

Limites em aceder aos direitos e eficácia das políticas nacionais para combater a pobreza e a exclusão social nos jovens

/ Limites em aceder aos direitos e eficácia das políticas nacionais para combater a pobreza e a exclusão social nos jovens

DIREITOS QUE OS JOVENS TÊM MAIS DIFICULDADES EM ACEDER

/ **Direito à educação**

/ **Direito ao trabalho**

/ **Direito à habitação**

/ **Direito à igualdade e à não discriminação**

/ **Direito à proteção social**

Em Portugal, os jovens têm mais dificuldades em aceder a uma série de direitos. Os principais problemas relacionados com a incapacidade de beneficiar desses mesmos direitos estão geralmente associados às dificuldades relativas ao mercado de trabalho. Os benefícios sociais são, na sua maioria, canalizados apenas para os grupos de pessoas com muito baixos níveis de rendimentos, obedecendo a sistemas de condição de recursos muito rígidos.

Habitação

Os preços da habitação em Portugal, quando comparados com a média dos valores dos rendimentos, são desproporcionados. Os jovens são confrontados com situações de desemprego, empregos precários, contratos irregulares e baixos salários, e tudo isso contribui para um sentimento global de insegurança quanto ao futuro. Por esta razão, tornou-se muito difícil para um jovem conseguir suportar os custos de habitação por si mesmo. Assim sendo, os jovens não se comprometem com o arrendamento ou compra de uma habitação. O Núcleo de Observação Social da Cáritas Portuguesa centrou recentemente a sua atenção na situação da habitação em Portugal. Apesar de algumas medidas implementadas, a situação da habitação tornou-se incontrolável. Um estudo interno realizado pelo NOS revela que o preço das casas “antigas” sofreu de novo um aumento (9,2%), mais elevado do que o preço das casas “novas” (3,5%). O preço das casas subiu em média 7,1% em 2016, e 7% apenas nos três primeiros meses de 2017. A maior parte das habitações sociais precisa de obras de renovação e estima-se que os custos superem os 50 milhões de euros. Além disso, os problemas relativos à habitação agravaram-se para os grupos mais vulneráveis. A oferta de habitação a preços acessíveis para este grupo da população praticamente desapareceu. Nas áreas urbanas do país, sobretudo de Lisboa, os preços das casas são muito elevados face ao rendimento médio das famílias.

Proteção social

Devido aos problemas relativos ao mercado de trabalho, o direito aos esquemas de proteção social está também limitado, como o direito ao subsídio de desemprego. Além disso, a situação atual compromete o futuro das pensões e das prestações da segurança social, os quais dependem

das potenciais contribuições. Uma vez que o país não está a criar emprego suficiente para os jovens, há uma tensão crescente entre quem recebe uma pensão e quem trabalha.

Educação

A falta de rendimento das famílias impede os jovens de continuar/completar os seus estudos (o que é mais visível quando um jovem pretende seguir os seus estudos para o ensino superior), aumentando o risco de abandono escolar precoce.

RATIFICAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA CARTA SOCIAL EUROPEIA RELATIVA AOS JOVENS

Portugal ratificou todos os artigos da Carta Social Europeia revista.

Portugal ratificou o **Protocolo Adicional** que estabelece um Sistema de Reclamações Coletivas, o que permite que o parlamento e a sociedade civil monitorizem efetivamente as obrigações no cumprimento e provisão de direitos sociais básicos. <https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/treaty/158/signatures>

Mais informação acerca das disposições **aceites por Portugal** está disponível aqui. <https://rm.coe.int/16806b7963>

Ficha de informação: **Portugal e a Carta Social Europeia**. <https://rm.coe.int/16806b7963>

/ Podemos relatar a situação de uma jovem, estudante de Medicina em Coimbra, longe de casa. No início, teve dificuldades em pagar as despesas, como as propinas, o transporte público, o alojamento e as refeições. A Cáritas prestou-lhe apoio porque só um membro do seu agregado familiar estava empregado e tinha problemas em pagar todas estas despesas.

(Relato de uma Assistente Social da Cáritas Diocesana de Lamego)

/ Sou uma estudante de psicologia de 21 anos. A frágil condição económica e financeira da minha família levou-me a pedir ajuda à Cáritas para o pagamento das minhas propinas, pois já estavam atrasadas e esta situação comprometia todo o meu futuro académico. Havia a possibilidade de ter de deixar a universidade. A Cáritas ajudou-me a dar continuidade ao meu sonho

(Beneficiária de 21 anos da Cáritas Diocesana de Évora)

/ Até que ponto são eficazes as políticas nacionais de combate à pobreza e à exclusão social entre os jovens?

POLÍTICAS QUE ESTÃO A TER UM IMPACTO POSITIVO MAS LIMITADO

Políticas	Razões da sua eficácia limitada
Acesso a creches e jardins de infância a preços razoáveis	<p>As creches e os jardins de infância públicos apoiam todos os pais – não apenas os pais mais jovens – nos cuidados a prestar aos filhos. Estes serviços são de boa qualidade e são importantes para a formação e desenvolvimento das crianças desde tenra idade. Ajudam também os pais durante o dia para que possam ir para os seus empregos ou procurar oportunidades de trabalho. Estes serviços acompanharam as mudanças sociais dos últimos anos. Uma parcela significativa dos utentes, independentemente da sua situação financeira, tem de pagar um montante calculado de acordo com o seu rendimento anual. Ainda que seja um montante simbólico, representa mesmo assim um desafio para que as famílias mantenham os filhos nestes serviços, já que uma percentagem importante das pessoas está desempregada ou aufera de salários baixos. Os montantes que as famílias têm de pagar por estes serviços, mesmo quando correspondem às tarifas mais baixas, são elevados e não lhes permitem usar o seu rendimento noutras necessidades.²⁷ Há uma cobertura insuficiente das creches e de jardins-de-infância públicos, o que força muitos pais optarem pelos serviços privados, que são muito dispendiosos, ou a deixar os filhos com amas, muitas vezes não certificadas e sem condições adequadas.</p>

POLÍTICAS QUE TÊM UM IMPACTO LIMITADO

As seguintes políticas estão a ter um impacto limitado no combate à pobreza e à exclusão social entre os jovens:

Políticas	Razões para não serem eficazes
Garantia Jovem	<p>A Cáritas Portuguesa considera que a iniciativa Garantia Jovem tem um impacto na redução da pobreza e da exclusão social entre os jovens, mas é insuficiente. Por exemplo, quanto à questão do emprego e estágios, os projetos e programas correspondem a estágios profissionais e a contratos de inserção. Embora esta seja certamente uma importante via para reduzir a taxa de desemprego jovem, estes esquemas ajudam também a criar empregos precários e temporários e a gerar pobreza no trabalho. A remuneração prevista não assegura um salário digno.</p>
Políticas educativas de combate ao abandono escolar precoce e à desistência dos estudos	<p>Durante os últimos anos, foi implementado um conjunto de políticas de reformas educativas destinadas a reduzir a taxa de desemprego jovem, muitas delas relacionadas com a Garantia Jovem. Algumas destas têm possivelmente um impacto positivo no combate ao abandono escolar precoce e na redução da pobreza e exclusão social, tais como os novos cursos, tanto gerais como profissionais, para motivar e ajudar os jovens a completar o ensino secundário e/ou a continuar os seus estudos depois do nível secundário. No entanto, tal não é suficiente. Para lá das oportunidades de estágio numa empresa, a maioria dos empregadores não oferece um emprego permanente a estes jovens. Os salários pagos nestas medidas acabam por contribuir para o aumento de situações de pobreza no trabalho.</p>
Acesso à habitação a preços razoáveis	<p>O programa Porta 65 Jovem, especificamente destinado a ajudar jovens no pagamento da renda no centro das cidades, assegura o pagamento da renda durante três anos. No entanto, isto tem sido insuficiente para reduzir a pobreza e a exclusão social entre os jovens, porque o preço das rendas é elevado, quando comparado com os salários recebidos por este grupo etário. Com toda a insegurança vivenciada pelos jovens no mercado de trabalho, este tipo de apoio é insuficiente para alguém que não tenha algum apoio de retaguarda, uma vez que a sua situação pode facilmente mudar a qualquer momento (por exemplo, pode perder o emprego) e assim não ter a possibilidade de pagar a sua parcela da renda.</p>

/ EXEMPLO DE UMA POLÍTICA OU PROGRAMA EFICAZ EM RELAÇÃO AOS JOVENS

Em 2014, o Ministério da Educação, por meio da Direção Geral do Ensino Superior, criou o Programa Retomar. O seu objetivo era permitir o regresso aos estudos e à formação de estudantes universitários que tivessem abandonado a universidade antes da sua conclusão. Entre 2014 e 2015, 455 jovens portugueses foram apoiados por este programa.

/ EXEMPLO DE UMA POLÍTICA OU PROGRAMA INEFICAZ EM RELAÇÃO AOS JOVENS

Em 2016, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social decidiu reduzir a duração dos estágios (Estágios-Emprego), de 12 para 9 meses. Isto levou à perda do direito ao subsídio de desemprego, ainda que tenha havido contribuição para o sistema de segurança social durante o período do estágio.

O USO DE FUNDOS DA UE EM PORTUGAL PARA COMBATER A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL ENTRE OS JOVENS

O Fundo Social Europeu (FSE) está a contribuir em parte para reduzir a pobreza e a exclusão social entre os jovens. Em Portugal, está a ser usado para apoiar alguns projetos ou programas para ajudar a integrar os jovens no mercado de trabalho ou para melhorar as suas qualificações.²⁸ O impacto foi positivo durante a crise, pois criou algumas oportunidades de emprego para jovens desempregados. Isto surgiu também para apoiar a criação do próprio negócio, para que permanecessem ligados ao mercado de trabalho, ou para estar em formação e conseqüente melhoria das suas qualificações.

Em termos de inclusão social, o FSE tem sido utilizado para atividades destinadas a melhorar o acesso aos serviços sociais e aos serviços de saúde em regiões rurais e nas ilhas e, também, para os grupos da população mais desfavorecidos.

A Garantia Jovem é igualmente financiada pela Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ) e pelo FSE.²⁹ As medidas criadas com o apoio deste fundo são medidas de emprego que visam reduzir as taxas de desemprego jovem, tais como estágios profissionais e contratos de inserção, financiados pela Garantia Jovem. Contudo, tem gerado outros problemas relacionados com o mercado de trabalho, como os empregos temporários e precários e os baixos níveis salariais. No geral, as atuais políticas/programas implementados em Portugal pelo FSE resolvem alguns dos problemas relacionados com a pobreza e a exclusão social, mas de modo insuficiente.

Além disso, o FSE só está parcialmente a contribuir para a redução da transmissão da pobreza aos jovens. A Cáritas Portuguesa considera que o FSE é um excelente instrumento para combater a pobreza e promover a inclusão social, não apenas no caso dos jovens, mas também da população em geral. Porém, tem-se observado que é subutilizado no apoio às medidas desenhadas para diminuir o número de desempregados. As medidas apoiadas pelo FSE deveriam estar alinhadas com os princípios da Carta Social Europeia revista, ratificada por Portugal.³⁰ Nesta linha, é necessário assegu-

rar salários justos que permitam um nível de vida digno e alargar a proteção social (como subsídio de desemprego, férias e licença parental) quando terminam o período de estágio e/ou do contrato de emprego. É essencial definir-se uma estratégia para prevenir a precaridade no mercado de trabalho e para assegurar que os mecanismos de controlo e supervisão estejam, efetivamente, a prevenir situações de fraude. Por outro lado, o FSE deveria criar um ambiente favorável para que os empregadores contratem pessoas com deficiência. No que diz respeito aos programas de formação e às medidas relacionadas, é necessário que a formação técnica e profissional seja realizada em parceria com empregadores, organizações laborais e com o sector académico. A Cáritas Portuguesa considera ser importante melhorar a coordenação entre os prestadores dos programas/medidas e dos serviços locais, promovendo o acesso efetivo dos indivíduos e famílias que se encontrem em situação de exclusão social ou pobreza. Para lá do recurso a este fundo para a criação de empregos e a melhoria das qualificações é ainda necessário usá-lo para programas e medidas, com uma abordagem compreensiva, considerando outras dimensões, como a habitação, a educação, a proteção social e os cuidados de saúde.

Entre outros esquemas de financiamento da UE em Portugal, que estão a contribuir positivamente para reduzir a pobreza e a exclusão social relativas aos jovens, realça-se o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI). Este está a ser utilizado para apoiar alguns projetos locais e nacionais para ajudar a integração de comunidades migrantes e refugiadas no nosso país. Portugal não segue uma abordagem específica para ajudar apenas imigrantes jovens, mas para apoiar as famílias no seu conjunto. Por conseguinte, os projetos desenvolvidos apoiam indiretamente os jovens que são membros dessas famílias. Como consequência, contribuem para reduzir a pobreza e a exclusão social por meio do investimento nas áreas da educação, formação e inclusão no mercado de trabalho.

/ EXEMPLO DE UM PROGRAMA EFICAZ FINANCIADO PELO FSE QUE TEVE UM IMPACTO POSITIVO NA REDUÇÃO DA POBREZA E DA EXCLUSÃO SOCIAL OU NA PREVENÇÃO DA TRANSMISSÃO DA POBREZA AOS JOVENS

Desde 2011, a Presidência do Conselho de Ministros, integrando o Alto Comissariado para as Migrações – ACM, implementou o programa Escolhas. A sua visão é a de promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, com a finalidade de lhes proporcionar igualdade de oportunidades e fortalecer a inclusão social. O objetivo do programa para o período de 2015 a 2018 (na sua 6ª edição) é o de apoiar 90 projetos de diferentes partes do país, e atingir um total de 75.000 participantes.





04

A resposta da Cáritas:
práticas promissoras no
combate à pobreza e à
exclusão social nos jovens

/ A resposta da Cáritas: práticas promissoras no combate à pobreza e à exclusão social nos jovens

CÁRITAS JOVEM
CÁRITAS DIOCESANA DE LEIRIA-FÁTIMA
<http://www.caritasjovem.pt/>

DESCRIÇÃO	Em junho de 2014, a Cáritas Diocesana de Leiria-Fátima lançou o projeto Cáritas Jovem, com a intenção de envolver jovens entre os 18 e os 35 anos nas ações sócio caritativas da diocese, através de diversas atividades sociais. Este projeto é movido por um espírito jovem e voluntário. Visa desenhar e desenvolver atividades para os beneficiários em áreas como a educação, cultura, desporto e bem-estar.
PROBLEMAS QUE VISA RESOLVER	Falta de assiduidade à escola; fracos resultados académicos; isolamento social; comportamentos de risco; falta de rotinas desportivas e de melhores oportunidades de estudos, cultura e no mercado de trabalho.
RESULTADOS	O projeto desenvolve-se em três pilares: <i>Explica-me</i> , que oferece apoio escolar a crianças e adolescentes de agregados familiares em risco de pobreza e exclusão social com fracos resultados académicos. Os monitores são jovens voluntários com um elevado nível de qualificações. Ajudam crianças e adolescentes a desenvolver hábitos escolares oferecendo-lhes orientação nesse sentido e, desse modo, melhoram os seus resultados na escola. <i>Equipa-te</i> , visa promover a integração social de adolescentes de agregados em risco de pobreza e exclusão social, por meio do desenvolvimento de atividades lúdico-pedagógicas. Estes dois projetos apoiaram 50 crianças e adolescentes. <i>Escuta-me</i> , é um ciclo de conferências para a comunidade que contribui para o seu desenvolvimento social, cultural e educacional. Procura também fazer propagar o trabalho desenvolvido pela Cáritas diocesana a nível local. Durante o ano de 2016, 500 pessoas participaram neste projeto.
CARACTERÍSTICAS INOVADORAS E FATORES DE SUCESSO	O envolvimento dos jovens na resolução dos problemas sociais identificados pela Cáritas e referenciados nos diagnósticos sociais dos municípios. Os jovens contribuem com a sua análise e criatividade para a criação de projetos da Cáritas diocesana.

**APOIO À EDUCAÇÃO
CÁRITAS PORTUGUESA**

<https://sites.google.com/site/campanhacaritas2/>

DESCRIÇÃO	<p>O principal objetivo deste projeto é prestar apoio financeiro para evitar que os estudantes tenham de abandonar os estudos – ou ficarem endividados durante o seu percurso académico. Os beneficiários do projeto são estudantes com mais de 18 anos, numa situação de dificuldade económica, a frequentar qualquer nível do sistema educativo. O projeto pode apoiar custos como propinas escolares, despesas administrativas (inscrição; certificados/diplomas), despesas de subsistência (arrendamento de quartos e alimentação), materiais de estudo, transporte e apoio ao estudo. O projeto é coordenado pela Cáritas Portuguesa e implementado pelas Cáritas diocesanas; são estas que identificam os estudantes em situação de dificuldade económica e apresentam o pedido de apoio à Cáritas Portuguesa, fornecendo toda a informação necessária acerca da situação identificada. A Cáritas Portuguesa analisa a situação e, se estiver de acordo com os atuais regulamentos, transfere os fundos para as Cáritas diocesanas.</p>
PROBLEMAS QUE VISA RESOLVER	<p>Estudantes que têm de abandonar o ensino superior (ou que se encontram endividados durante os seus estudos) devido a questões orçamentais. Este problema está relacionado não apenas com o pagamento de propinas, mas também com a incapacidade de suportar as despesas de subsistência (por exemplo, o custo do alojamento) e as despesas escolares (por exemplo, o custo dos livros).</p>
RESULTADOS	<p>Desde 2016, o projeto apoiou 33 estudantes em 9 dioceses (de norte a sul do país) num total de €25.990,36. O tipo de apoio mais requisitado recaiu sobre o pagamento de propinas, despesas de alojamento e de transporte público.</p>
CARACTERÍSTICAS INOVADORAS E FATORES DE SUCESSO	<p>Esta é uma boa prática que permite à rede Cáritas assegurar que nenhum jovem tenha de abandonar os seus estudos apenas por falta de meios económicos.</p>





Create
Future

05

Recomendações
/ Referências

RECOMENDAÇÃO 1

PROMOVER NÍVEIS SALARIAIS DIGNOS, INCLUINDO AS MEDIDAS PARA A CRIAÇÃO DE EMPREGO, E ALARGAR A PROTEÇÃO SOCIAL EM CASO DE DESEMPREGO

Problema enfrentado se a medida for implementada

Baixos salários e acesso limitado aos sistemas de proteção social.

Agência governamental ou instituição responsável que poderia implementar esta medida

O Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Principais argumentos que justificam esta medida

Existem diferenças significativas de salários de acordo com a idade. As medidas de emprego tiveram efeitos indesejados uma vez que não asseguraram salários dignos e contribuem para situações de pobreza no trabalho. Há um desfasamento generalizado entre os salários e o nível de qualificações. Os trabalhadores jovens que se encontram ao abrigo destas medidas de emprego não têm direito a férias nem têm o direito a auferir do subsídio de desemprego no final do período de estágio, uma vez que as autoridades públicas nacionais reduziram a duração dos estágios de 12 para 9 meses (em Portugal o acesso ao subsídio de desemprego só é possível depois de um período mínimo de 12 meses de trabalho).

Enquadramento político

Garantia Jovem; Fundo Social Europeu; Segurança Social.

Esta medida corresponde ao Objetivo 8.5 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): “Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor”.

Como é que a Comissão Europeia poderia apoiar esta medida

No âmbito das Recomendações Específicas por País do Processo do Semestre Europeu, estabelecer regras a nível nacional para promover e pôr em prática os direitos consignados na Carta Social Europeia.

RECOMENDAÇÃO 2

PREVENIR A PRECARIDADE LABORAL, AS IRREGULARIDADES E A EVASÃO FISCAL NOS CONTRATOS DE TRABALHO POR MEIO DO CONTROLO DO ABUSO DO ESTATUTO DE TRABALHADOR INDEPENDENTE PELOS EMPREGADORES (DESIGNADOS DE “RECIBOS VERDES”)

Problema enfrentado se a medida for implementada

Em Portugal, persistem irregularidades generalizadas nos contratos de trabalho. Por exemplo, os “recibos verdes” são usados como um contrato regular, mesmo para categorias profissionais que não se enquadram neste tipo de contrato.

Agência governamental ou instituição responsável que poderia implementar esta medida

O Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Principais argumentos que justificam esta medida

Os “recibos verdes” foram originalmente criados para trabalhadores independentes, mas estão agora a ser usados para os trabalhadores em geral que são conhecidos como “falsos recibos verdes”. Ao abrigo deste regime, os empregadores não são responsáveis pelo pagamento da segurança social e outros impostos, e os trabalhadores têm de assumir todas estas despesas por si mesmos. Com este tipo de contrato, os empregadores podem despedir os seus trabalhadores sem quaisquer custos e uma parte significativa da força de trabalho não tem acesso a nenhuma proteção.

Enquadramento político

Proteção social básica para quem estiver em idade laboral.

Esta medida corresponde ao Objetivo 10.4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): “Adotar políticas, especialmente ao nível fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade”.

Como é que a Comissão Europeia poderia apoiar esta medida

No âmbito das Recomendações Específicas por País do Processo do Semestre Europeu, estabelecer regras a nível nacional para promover e pôr em prática os direitos consignados na Carta Social Europeia.

RECOMENDAÇÃO 3

CONCEDER OPORTUNIDADES IGUAIS NO ACESSO À EDUCAÇÃO E ASSEGURAR CONDIÇÕES QUE AJUDEM OS ESTUDANTES A PROSSEGUIR OS ESTUDOS, NOMEADAMENTE PARA JOVENS DE AGREGADOS EM RISCO DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL (POR EX., POR MEIO DA OFERTA DE MATERIAIS DE ESTUDO E LIVROS; ALIMENTAÇÃO; APOIO AO ALOJAMENTO E ÀS DESPESAS COM TRANSPORTES PÚBLICOS)

Problema enfrentado se a medida for implementada

As famílias em situação de carência confrontam-se com impedimentos financeiros para proporcionar o acesso à educação aos seus filhos e a pobreza entre os estudantes cria dificuldades na continuidade dos seus estudos na universidade.

Agência governamental ou instituição responsável que poderia implementar esta medida

O Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Principais argumentos que justificam esta medida

É necessário apoiar os estudantes para que prosigam/completem os seus estudos, particularmente jovens de agregados em risco de pobreza e exclusão social. Isto comporta os livros e as refeições, os custos com o alojamento e os transportes públicos.

Em Portugal, os estudantes que se encontram em situações de risco de pobreza passam por novos desafios e dificuldades. Durante o período da crise, muitas famílias depararam-se com o desemprego, cortes salariais e reduções das prestações sociais. Tornou-se-lhes muito difícil assegurar as despesas com a educação dos filhos, mais ainda quando estes pretendiam prosseguir os estudos na universidade. O nível máximo para se receber uma bolsa escolar exclui as famílias que estão ligeiramente acima desse valor, mas que, enfrentam dificuldades financeiras significativas. O sistema de bolsas escolares não é capaz de dar resposta aos casos de sobre-endividamento de algumas famílias.

Enquadramento político

Garantia Jovem; Fundo Social Europeu; Programa Retomar; Bolsas (políticas públicas).

Esta medida corresponde ao Objetivo 4.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): "Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo à universidade".

Como é que a Comissão Europeia poderia apoiar esta medida

Definir uma estratégia europeia para garantir o princípio da universalidade na educação e ajudar os estados-membros a implementá-lo nos seus sistemas nacionais de educação. Reforçar os instrumentos financeiros dos estados-membros para os ajudar a fornecer os materiais essenciais aos seus estudantes, aliviando os custos para as famílias, pelo menos durante o período da escolaridade obrigatória. A nível universitário, devam ser alargados os critérios de apoio, para que as famílias com problemas financeiros temporários pudessem também receber algum apoio e manter os seus filhos a estudar.

RECOMENDAÇÃO 4

FACILITAR A HABITAÇÃO A PREÇOS ACES-SÍVEIS PARA OS JOVENS DE ACORDO COM OS SEUS RENDIMENTOS E PROPORCIONAR-LHES A OPORTUNIDADE DE INICIAR UMA VIDA INDEPENDENTE

Problema enfrentado se a medida for implementada

Devido ao desemprego jovem e aos baixos salários pagos a este grupo da população, é muito difícil que um jovem consiga suportar por si mesmo as despesas com a habitação. Os custos das habitações para arrendar ou comprar são muito elevados, especialmente nos centros das cidades, como Lisboa. Contudo, a falta de oportunidades de emprego nas áreas rurais força muitos jovens a deslocarem-se para os grandes centros urbanos. Os jovens enfrentam muitas dificuldades para iniciar uma vida independente, mesmo aqueles que estão a trabalhar.

Agência governamental ou instituição responsável que poderia implementar esta medida

O Ministério do Planeamento e das Infraestruturas e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Principais argumentos que justificam esta medida

É muito difícil que um jovem consiga suportar os custos de uma casa por si mesmo devido aos níveis salariais recebidos por este grupo etário.

É praticamente impossível que seja concedido um empréstimo bancário a uma pessoa jovem se estiver desempregada, em emprego temporário ou sem contrato de trabalho.

Enquadramento político

Porta Jovem 65

Esta medida corresponde ao Objetivo 11.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): "Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível".

Como é que a Comissão Europeia poderia apoiar esta medida

Formular uma Recomendação Específica por País que faça apelo a uma política de habitação social que alargue a sua oferta para cobrir a procura.

RECOMENDAÇÃO 5

DESENVOLVER UMA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA PROMOVER A PARTICIPAÇÃO CÍVICA DOS JOVENS

Problema enfrentado se a medida for implementada

Na generalidade, não existem políticas que promovam a participação cívica dos jovens, como o voluntariado. As escolas, universidades, ONG's, serviços de apoio social e as autoridades públicas não estão suficientemente coordenadas para serem capazes de encorajar os jovens a participarem nas causas cívicas e a participarem em projetos de voluntariado que procuram melhorar diversas situações sociais.

Agência governamental ou instituição responsável que poderia implementar esta medida

O Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Principais argumentos que justificam esta medida

O Plano Nacional de Juventude deveria criar políticas públicas que incluíssem o voluntariado como prática regular os jovens. Não existe uma cultura de voluntariado e da sua prática na sociedade.

Enquadramento político

Plano Nacional de Juventude; Garantia Jovem; Fundo Social Europeu.

Esta medida corresponde ao Objetivo 4.4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): "Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo".

Como é que a Comissão Europeia poderia apoiar esta medida

A CE criou o Corpo Europeu de Solidariedade. Este programa poderia ser adaptado aos diferentes estados-membros, ajudando-os a definir e desenvolver uma estratégia de promoção da participação cívica dos jovens. Poderia proporcionar também apoio financeiro para ajudar os estados-membros a integrar a participação cívica na educação formal, informal e não-formal.

- 1** Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas.
- 2** Para efeitos deste relatório, os jovens são considerados pessoas de idade entre os 18 e os 29 anos, de acordo com os critérios da Comissão Europeia. A fonte dos dados acima citados é o Eurostat, consultado a 12/05/2017 a partir dos últimos dados disponíveis.
- 3** EUROSTAT, *In-work at-risk-of-poverty rate by age and sex - EU-SILC survey* [Taxa de risco de pobreza no trabalho por idade e sexo – inquérito UE-SILC]: <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/submitViewTableAction.do>
- 4** INE, *Remuneração média mensal de base (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual*: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006910&contexto=bd&selTab=tab2
- 5** Os programas de estágio foram desenvolvidos em 2011, <https://dre.pt/application/dir/pdf1s-dip/2011/02/04100/0121701221.pdf>
- 6** Consultar informação detalhada no site do Instituto do Emprego e Formação Profissional de Portugal, em <https://www.iefp.pt/estagios>
- 7** INE, *População empregada por conta de outrem com idade entre 20 e 64 anos (Série 2011 - N.º) por Sexo e Contrato de trabalho; Anual*: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009083&contexto=bd&selTab=tab2
- 8** DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, *Desigualdades Socioeconómicas e Resultados Escolares II*, 2016, [http://www.dgeec.mec.pt/np4/353/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=722&fileName=DGEEC_DSEE_DEEBS_2016_Desigualdades2_CEB.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/353/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=722&fileName=DGEEC_DSEE_DEEBS_2016_Desigualdades2_CEB.pdf)
- 9** EUROSTAT, *Young people by educational attainment level, sex and age* [Jovens por nível de estudos terminados, sexo e idade], 2016: <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/submitViewTableAction.do>
- 10** EUROSTAT, *Early leavers from education and training by sex and labour status* [Abandono escolar e da formação precoce por sexo e condição laboral], 2016: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=edat_ifse_14&lang=en
- 11** Dados referentes a 2017: <http://www.seg-social.pt/bolsa-de-estudo>
- 12** CENTRO DE ESTUDOS PARA A INTERVENÇÃO SOCIAL, *Delinquência e Violência Juvenil em Portugal: Traçando um retrato a diferentes vozes*, pp.45-47, http://www.youprev.eu/pdf/YouPrev_NationalReport_PT.pdf
- 13** EUROSTAT, *Unemployment by sex and age - annual average* [Desemprego por sexo e idade – média anual]: <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/submitViewTableAction.do>
- 14** ID., *Youth unemployment by sex, age and educational attainment level* [Desemprego jovem por sexo, idade e nível de habilitações]: <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/submitViewTableAction.do>
- 15** NÚCLEO DE OBSERVAÇÃO SOCIAL, *Análise dos dados dos Atendimentos*, 2016, <https://drive.google.com/file/d/0Bzhlv2f6n15yOWdDMW53TmFJZzQ/view>. Os dados não estão desagregados por grupos etários. Estes relatórios foram criados a partir de 2012 a nível diocesano.
- 16** PORDATA, *Emigrantes permanentes: total e por grupo etário*, 2017, <https://www.pordata.pt/MicroPage.aspx?DatabaseName=Portugal&MicroName=Emigrantes+permanentes+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio&MicroURL=2522&>
- 17** OCDE, *Society at a Glance 2016* [A Sociedade de Relance 2016], ver <https://www.oecd.org/portugal/SAG2016-portugal.pdf>
- 18** FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS, *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: 2009-2014*, 2016
- 19** *Ibid.*, p. 103, <https://www.ffms.pt/FileDownload/79783fb3-9b9f-4ba1-9ee4-473b82834d0c/introducao-ao-estudo-desigualdade-do-rendimento-e-pobreza-em-portugal>
- 20** *Ibid.*, p. 102.
- 21** EUROSTAT, *In-work at-risk-of-poverty rate by age and sex - EU-SILC survey* [Taxa de risco de pobreza no trabalho por idade e sexo – inquérito UE-SILC]: <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/submitViewTableAction.do>
- 22** FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS, *op. cit.*, 2016, p. 104.
- 23** Ver as condições em detalhe para os estágios na página da Internet dos serviços de emprego de Portugal, em <https://www.iefp.pt/estagios>
- 24** NÚCLEO DE OBSERVAÇÃO SOCIAL, *Análise dos*

dados dos Atendimentos, 2016, link. Os dados não estão discriminados por grupos etários. Estes relatórios foram criados a partir de 2012 a nível diocesano.

25 Ver p. 29.

26 EUROSTAT, *Young people neither in employment nor in education and training by type of disability, sex and age* [Jovens que não estão empregados nem a estudar ou em formação por tipo de limitação, sexo e idade]: <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/submitViewTableAction.do>

27 Em 2016, a Cáritas Portuguesa registou, no âmbito de um projeto que apoia crianças e suas famílias em relação às despesas com a saúde e a educação, 255 pedidos de pagamento de serviços em creches e jardins de infância. Isto representou 44,74% dos fundos gastos neste projeto.

28 O Fundo Social Europeu em Portugal, <http://ec.europa.eu/esf/main.jsp?catId=394>; em português: <http://ec.europa.eu/esf/main.jsp?catId=394&langId=pt> / <http://ec.europa.eu/esf/main.jsp?catId=46&langId=en&keywords=&theme=0&country=394&list=1>.

29 <http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=13657&langId=en>

30 Carta Social Europeia, Situação de Portugal, <https://rm.coe.int/168047e01a>



Esta publicação recebeu apoio financeiro do Programa da União Europeia para o Emprego e a Inovação Social "EaSI" (2014-2020). Para mais informações, consulte por favor: <http://ec.europa.eu/social/easi>

Aviso

A informação contida nesta publicação não reflete necessariamente a posição oficial da Comissão Europeia.

A Caritas Europa reserva-se o direito de não assumir responsabilidade pela correção e integralidade da informação apresentada nesta publicação. Serão rejeitadas, por conseguinte, quaisquer reivindicações de responsabilidade devido a danos causados pelo uso de qualquer informação apresentada, incluindo informação incompleta ou incorreta.

